

7. PLANO DE RELACIONAMENTO COM A POPULAÇÃO

O Plano de Relacionamento com a População permitiu ao Empreendedor, na fase de implantação da obra após a Licença Prévia até a obtenção da Licença de Operação, elaborar e desenvolver as estratégias de interação com a comunidade, bem como as diretrizes de atuação perante o afluxo populacional verificado em Altamira e em Vitória do Xingu. O Plano 7 levantou informações acerca das alterações socioeconômicas na área de influência direta e indireta, o que permitiu à Norte Energia realizar ações de esclarecimentos à sociedade, quando necessárias, por meio de inúmeros procedimentos realizados de maneira planejada. Isso incluiu orientações em relação às diversas etapas do empreendimento, por intermédio de ações relacionadas tanto às populações diretamente afetadas (como os moradores a serem relocados) quanto para aqueles indiretamente afetados, como os usuários dos equipamentos e serviços sociais dos municípios. Além disso, por conta dessas informações o Empreendedor desenvolveu ações socioeducativas e ambientais junto à população, além de ações sociais, como o encaminhamento de interessados em trabalhar nas obras civis, num primeiro momento, e nas obras do entorno quando tal função social se mostrou relevante para a população.

Os Programas do Plano 7 foram concebidos em três principais linhas de atuação. A primeira era a interação entre o empreendimento e a sociedade. O protagonista foi o Programa de Interação Social e Comunicação (7.2.), que desenvolveu e continuará a desenvolver ações voltadas à população em geral para que ela tenha acesso à informação acerca da UHE Belo Monte e de ações a ela vinculadas.

O Programa 7.2 se relacionou e assessorou os demais Programas/Projetos, independentemente da etapa do empreendimento ou dos Planos nos quais estejam inseridos no contexto do PBA, quando estes necessitavam interagir com a população. Nesses casos, antes de iniciarem suas atividades ou mesmo ao longo de seus trabalhos, o Programa 7.2 se responsabilizou pelos trabalhos de comunicação e de interação social junto à comunidade que era alvo direta ou indiretamente das ações desses Programas e Projetos, e continuará com tal função nas próximas etapas para os Programas e Projetos que terão suas atividades continuadas.

A segunda linha de atuação também envolveu diretamente a interação com a população. Isso coube ao Programa de Educação Ambiental (7.3), que se constituiu no Componente I do Programa de Educação Ambiental de Belo Monte (PEABM) voltado às atividades socioeducativas participativas para a população em geral da Área de Influência Direta do empreendimento tanto para o público formal (sistema educacional oficial) quanto informal (sociedade civil e população). O objetivo do Programa 7.3 é a conscientização da importância da adoção de posturas ambientalmente sustentáveis não somente durante a construção da UHE Belo Monte, mas como um legado a se deixar após o início das operações.

A terceira linha de atuação do Plano 7 foi voltada ao monitoramento dos impactos (positivos e negativos) do afluxo de população atraída por conta do empreendimento no meio socioeconômico dos onze municípios da Área de Influência Indireta (AII) e nos cinco da Área de Influência Direta (AID). A coleta e análise de dados socioeconômicos permitiu à Norte Energia aprimorar, ao longo da implantação dos Programas e Projetos do PBA, o planejamento das ações juntamente com as municipalidades, instituições públicas e privadas, bem como respondeu às demandas da sociedade civil principalmente em relação aos impactos nos equipamentos e serviços públicos do afluxo populacional. Tal linha de atuação foi realizada pelo Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante (7.1), encerrada em dezembro de 2015, e continuará a ser realizada pelo Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4).

O Programa 7.4 não interage diretamente com a população como os Programas 7.1, 7.2 e 7.3, mas é estratégico ao empreendimento, pois tem a incumbência de realizar as projeções populacionais para os cinco municípios da AID, além de coletar e analisar a evolução de 29 (vinte e nove) indicadores socioeconômicos relacionados à educação, saúde, segurança pública, assistência e vulnerabilidade social e dinamização da economia.

Ao se voltar para os principais resultados alcançados em cada Programa componente do Plano 7, destaca-se que o Programa Orientação e Monitoramento da População Migrante (7.1) e o Programa de Educação Ambiental (7.3) cumpriram com a totalidade das atividades previstas no PBA e, conforme o cronograma apresentado no referido documento, encerraram suas atividades em dezembro de 2015. O Programa de Interação Social e Comunicação (7.2) e o Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4) continuarão suas atividades, mas devem ser adequadas à nova realidade após o início das operações da UHE Belo Monte.

Especificamente em relação ao Programa de Interação Social e Comunicação (7.2), caso sejam consideradas as ações dos Agentes de Comunicação, as atividades se iniciaram em 2006/2007, ainda na fase de estudos e antes mesmo da concessão da Licença de Instalação (LI), em junho de 2011. Em relação aos trabalhos desenvolvidos no segundo semestre de 2015, houve continuidade da pesquisa de percepção realizada nas áreas urbana e rural constatou que quase 73% dos entrevistados consideraram as informações recebidas de fácil entendimento. Seguindo os trabalhos, as principais fontes de informação a respeito do empreendimento foram os próprios Agentes de Comunicação do Programa. Em seguida vieram os materiais de comunicação produzidos e distribuídos, e as Reuniões com a Comunidade.

No segundo semestre de 2015 foram distribuídos à população, entre folders, panfletos, cartazes, cartilhas, comunicados, convites, “gibis”, um total de 68.389 materiais. Nas plataformas digitais, houve 257 novos seguidores no *Twitter*, 110.249 visualizações no *Youtube*; 103.634 visitas no *Blog* Belo Monte; 9.000 visitas ao site da Norte Energia e 4.589 novos seguidores no *Facebook* do empreendimento. Também foram produzidos 34 eventos, que incluem desde o Natal Solidário, Reuniões com a população, órgãos públicos, entidades da sociedade civil, dentre outros. Os atendimentos do “Belo Monte Aqui” totalizaram 5.536 no semestre e 17.178 desde a obtenção da LI.

Dessa forma, como já destacado nos relatórios consolidados anteriores, as atividades de interação social e comunicação se constituem em instância privilegiada no estabelecimento de diálogo e de transparência na relação entre a comunidade interferida e o empreendedor. Isso reforça igualmente o papel do Programa 7.2 como um dos elementos de integração entre todos os programas e projetos, tendo atuação transversal durante toda a implantação do PBA.

Já o Programa de Educação Ambiental (7.3), no segundo semestre, concluiu as Campanhas Socioeducativas e de Atividades Lúdicas e de Sensibilização junto à Comunidade Escolar e População; continuou a desenvolver ações de educação ambiental no CREAX e NUCLEAX; participou como protagonista, de ações socioambientais junto aos moradores nas áreas de Reassentamento Urbano Coletivo (RUCs), em interface com outros Programas e Projetos como, por exemplo, nas ações sociais “Bairro Cidadão”, estimulando a participação da população nessas atividades socioeducativas que incluíram, dentre outras, orientação sobre o “Uso e Conservação das Instalações Hidrossanitárias e Sistema de Esgotamento”; a campanha “Cidade Limpa, Responsabilidade de Todos”; “Energias Renováveis”.

Na área rural, também em interface com os demais Projetos participou da “Feira da Cidadania” (Agrovila Sol Nascente – Assurini e na Ressaca – Volta Grande do Xingu). Na ocasião, desenvolveu-se a atividade lúdica “Isca Educativa” direcionada ao público infante-juvenil, cujo objetivo é sensibilizar e incentivar a responsabilidade individual e coletiva dos participantes por meio de um jogo educativo direcionado à conservação ambiental, envolvendo fauna, resíduos sólidos, saneamento e energia elétrica.

Dentre a principal atividade institucional do Programa 7.3, destaca-se a consolidação do Centro Regional de Educação Ambiental do Xingu (CREAX), que se constitui numa das ações previstas no Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte, no âmbito do Programa de Educação Ambiental (PEA), Componente I. Além da inauguração do espaço físico da Instituição, as atividades de estruturação contemplaram a criação da Associação CREAX, formada por atores sociais dos cinco municípios da AID e constituída a partir dos Coletivos Educadores Ambientais Populares, formados no decorrer do curso para o público não formal, e pelos Coletivos Ambientais Comunitários, constituídos no decorrer das atividades de Educação Ambiental desenvolvidas nos Reassentamentos Urbanos de Altamira para a consolidação, emancipação e sustentabilidade do CREAX. O objetivo das ações foi consolidar o processo de fortalecimento da Associação CREAX, visando à estruturação de uma rede integrada e regional de comunicação, à realização de Assembleia Geral para aprovação do seu Estatuto, bem como o desenvolvimento de capacitações junto aos associados para a gestão do CREAX, que deverá culminar na sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Quanto às atividades desenvolvidas pelo Programa 7.3, foram 47 (quarente e sete) ações socioeducativas, com a participação de 521 pessoas. As campanhas de orientação do uso e conservação das instalações hidrossanitárias constituíram-se de 41 (quarenta e uma) ações com o envolvimento de 845 pessoas. Na campanha “Cidade Limpa” foram 18 (dezoito) ações com a participação de 247 pessoas. Já a

campanha “Energias Renováveis” foram 14 (quatorze) ações com a participação de 1.789 pessoas e a distribuição de 2.230 cartilhas.

Já as atividades integradas desenvolvidas com base na Instrução Normativa 02 (IN nº 02/2012) do IBAMA, entre o Programa 7.3 e o Programa de Educação Ambiental de Trabalhadores/PEAT (3.5), vem sendo realizadas desde 2012, por meio do Grupo de Trabalho Temático de Interface.

O Programa de Orientação e Monitoramento da População Migrante (7.1), implantado em novembro de 2010, cumpriu seus objetivos e metas, com relevante atuação nas interfaces com os demais Programas e Projetos do PBA. No caso do Programa 7.4, repassou informações acerca do perfil do migrante diretamente contratado pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM); no Projeto 4.6.2, encaminhou migrantes cadastrados identificados como em situação de vulnerabilidade social; no Programa 7.3, o material informativo de educação ambiental foi distribuído aos trabalhadores contratados nas obras civis.

O número de cadastrados no Programa nos onze municípios da All totalizou 61.847 cadastrados, sendo que os migrantes são 36.783, ou 59,50%, se computados os diretamente contratados pelo CCBM. Caso este último segmento seja desconsiderado, então, o total de migrantes cadastrados chega a 7.930, ou 25,54% dos 31.045 cadastrados totais. Assim, até junho de 2015, foram cadastrados 30.802 migrantes diretamente contratados pelo CCBM.

Especificamente no segundo semestre de 2015, houve nova reestruturação na estratégia dos Balcões de Atendimento do Programa 7.1. O Balcão Móvel, até então, percorria os onze municípios da All a fim de cadastrar interessados em trabalhar nas obras civis do empreendimento. Com o início do processo de desmobilização de mão de obra, não mais havia sentido em continuar a cadastrar e a estimular a vinda de migrantes a Altamira. Por outro lado, as obras do entorno ainda continuavam a contratar mão de obra. Assim, o Balcão Móvel passou a cadastrar, primeiro nos RUCs e depois nos demais bairros de Altamira, os interessados em trabalhar nessas obras do entorno, de modo a manter a função social do Programa. Dessa forma, se inscreveram 622 interessados entre julho e dezembro de 2015, quando todas as atividades previstas para o Programa 7.1, de acordo com o cronograma do PBA, foram cumpridas e, dessa forma, encerradas.

O Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4), para acompanhar as alterações socioeconômicas devido à implantação da UHE Belo Monte, construiu inicialmente um conjunto de 32 (trinta e dois) indicadores, dos quais 29 (vinte e nove) continuam a ser coletados (os demais as instituições fornecedoras dos dados se mostraram impossibilitados de fornecê-los). Como já destacado nos relatórios semestrais, a análise do conjunto de indicadores vem permitindo acompanhar os impactos advindos do afluxo populacional para Altamira e Vitória do Xingu, em tempo hábil para eventuais mudanças de rumos das diversas ações, quando necessárias. Para os demais municípios da AID e da All, não se constatou o afluxo de população por conta do empreendimento.

As informações secundárias dos indicadores junto às instituições foram obtidas por meio de formalização da obtenção de dados e, para tanto, desde o início foram protocolados 181 ofícios para a cessão dos dados. Além disso, em inúmeros órgãos continuou a necessidade de qualificação dos funcionários para que eles tivessem condições de sistematizar as informações da maneira que o Programa 7.4 necessitava. Em relação ao levantamento nas escolas, foram até o momento 4.693 visitas para o levantamento da evolução de matrículas, além de 2.070 visitas às instituições; mais 4.176 visitas para os Censos populacionais das localidades e 1.217 para a Pesquisa de Condições de Vida (PCV) de Altamira. Assim, o total geral de visitas desde o início do Programa chegou a 22.329, das quais 6.313 ao longo de 2015.

Desde a revisão, em março de 2012, dos indicadores definidos no PBA e a reestruturação do Programa 7.4, foi estabelecida e se encontra em constante melhoria os procedimentos de coleta, crítica, checagem e construção de bancos de dados. Para tanto, como já destacado nos relatórios anteriores, foram estabelecidas relações de confiança com as instituições locais fornecedoras dos dados. Além disso, são sempre realizadas ações para o aprimoramento da qualidade das informações nesses órgãos. Dessa forma, além da própria qualificação dos fornecedores de dados, houve sempre que solicitado o retorno da análise dos dados prestados pela cessão de documentos técnicos, notadamente em reuniões no Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos e nas prefeituras e órgãos do estado.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Programa 7.4 possibilitaram orientar ações e reprogramar atividades perante as prefeituras envolvidas. Como já destacado em outros relatórios consolidados o monitoramento da evolução de matrículas e de suficiência de vagas nas escolas permitiu as reprogramações de entrega de escolas, realizadas pelo Projeto de Recomposição/Adequação das Infraestruturas e Serviços de Educação (4.8.1).

São três indicadores para o sistema de alerta: educação, saúde e segurança pública. Com isso, a Norte Energia pôde desenvolver ações, dentro das atribuições que cabiam ao empreendedor. Portanto, o próprio monitoramento da evolução dos indicadores se constitui em atividade contínua, sendo avaliada em todas as suas etapas, incluindo o processo de desmobilização de mão de obra. No entanto, trata-se igualmente de um processo dinâmico e, a partir da etapa de operação, uma nova realidade deverá ser vivenciada pelos municípios da AID. Dessa forma, inúmeros indicadores devem ser revistos, visto que o principal impacto socioeconômico, isto é, o fluxo populacional se reverte com a saída de população. Assim, a pressão sobre equipamentos e serviços públicos adquire outra magnitude. Com isso, vários indicadores deixam de ter sentido, ou, no mínimo, tem sua importância relativizada.

As interfaces com os demais Programas e Projetos do PBA continuaram a ser executadas, mesmo que a partir de 2016 elas tenham de ser repensadas diante da nova realidade. Mas em 2015, continuou a haver os trabalhos em interface com os Projetos de Recomposição/Adequação das Infraestruturas e Serviços de Educação 4.8.1 e de Reassentamento (5.1.7), por meio do acompanhamento da evolução de matrículas e a necessidade de escolas, principalmente em Altamira, sendo que o que

se constatou foi a contínua queda de matrículas ao longo de 2015, o que já era esperado com a diminuição de população, como aponta a projeção demográfica.

A interface entre o Programa 7.4 e o Plano de Saúde Pública (8), se deu por intermédio dos indicadores de doenças endêmicas monitoradas. Caso os dados fossem dignos de atenção, poderiam ser tomadas ações junto aos responsáveis locais pelo sistema de saúde.

O Programa 7.4 igualmente repassou o banco de dados e análises dos dados de educação, saúde e assistência social ao Plano de Articulação Institucional (Plano 6), particularmente do Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos (6.3), em que são divulgados os indicadores coletados no âmbito do monitoramento dos aspectos socioeconômicos, bem como participou das algumas reuniões do gabinete de Gestão, como destacado anteriormente.